

OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA EXPANSÃO DA MONOCULTURA DA SOJA NO ESTADO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE DIANÓPOLIS E FORMOSO DO ARAGUAIA

Eder da Silva Cerqueira

Universidade Federal do Tocantins

E-mail: edersvp@uft.edu.br

Resumo

Este artigo objetiva discutir os impactos socioeconômicos da expansão da monocultura da soja no Estado do Tocantins, tendo como objeto de investigação os municípios de Dianópolis e Formoso do Araguaia. A avaliação e análise dos indicadores socioeconômicos foram efetuadas com base nos dados fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levando-se em consideração o Censo de 1991, 2000 e 2010. As variáveis analisadas foram: População, por situação de domicílio (rural e urbana); Longevidade, Mortalidade e Fecundidade; Nível educacional da população adulta; Renda, pobreza e desigualdade; Percentual de renda apropriada por extratos da população e Índice de desenvolvimento humano municipal. Observou-se uma dinamização da economia local e regional e local dos municípios pesquisados, bem como uma tendência na elevação dos Índices de Desenvolvimento Humano, mas, em contrapartida, houve uma tendência de elevação dos índices de concentração de renda e de pobreza.

Palavras-chave: Monocultura da Soja; Dianópolis; Formoso do Araguaia; Índice de Desenvolvimento Humano; Agronegócio.

THE SOCIO-ECONOMIC IMPACTS OF SOYA MONOCULTURE EXPANSION IN TOCANTINS STATE: AN ANALYSIS OF THE MUNICIPALITIES OF DIANÓPOLIS AND FORMOSO DE ARAGUAIA

Abstract

This article aims to discuss the socio - economic impacts of the expansion of soybean monoculture in the state of Tocantins, with the object of investigation and the municipalities of Dianópolis Formoso do Araguaia. The assessment and analysis of socio- economic indicators were made based on data provided by the United Nations Development Programme (UNDP) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), taking into account the range 1991-2000. The variables analyzed were: population by type of household (rural and urban), Longevity, Mortality and Fertility; educational level of the adult population, income, poverty and inequality; Percentage of income earned by strata of the population and municipal human development index. There was a promotion of the regional and local economy of the municipalities surveyed, as well as a trend in rising levels of human development, but in contrast, there was a trend of rising rates of concentration of income and poverty.

Key-words: Monoculture Soy; Dianópolis; Formoso do Araguaia; Human Development Index; Agribusiness.

Introdução

O estudo das cidades brasileiras tem sido um desafio para pesquisadores da área de ciências humanas, e mais ainda, quando o objeto investigado localiza-se no interior do país. Esses estudos têm sido objeto de diferentes interpretações, sobretudo, pelo caráter recente de ocupação dessas áreas, o que vem desencadeando transformações sucessivas na dinâmica interna de seus territórios, resultando numa nova configuração do espaço regional. O espaço passa a ser organizado em função da reprodução do modo de produção capitalista, visto que o espaço nada mais é que fruto das relações sociais construídas ao longo do tempo no desenvolvimento da existência humana.

Se há algo que vem transformando a dinâmica de organização de algumas cidades do Estado do Tocantins é a expansão da monocultura da soja. Cidades como Porto Nacional, Campos Lindos, Santa Rosa do Tocantins, Dianópolis e Formoso do Araguaia, antes com produção voltada quase que exclusivamente à economia de subsistência, passam a destacar-se como grandes Municípios produtores de soja. Esse processo de territorialização do capital monopolista por intermédio da monocultura da soja vem resultando num processo de homogeneização dos espaços locais e regionais, submetendo-os à lógica de reprodução da economia internacional.

Esse artigo objetiva discutir algumas das transformações que o desenvolvimento dessa atividade econômica tem provocado no Estado do Tocantins, tendo como foco de estudo os Municípios de Dianópolis e Formoso do Araguaia. Para tanto, serão utilizados dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos censos do ano de 1991, 2000 e 2010. Os indicadores utilizados serão: População (total e por situação de domicílio); Longevidade, mortalidade e fecundidade; Nível Educacional da população Adulta (25 anos ou mais); Indicadores de Renda, pobreza e desigualdade e Percentual da renda apropriada (por extratos da população) e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M).

Apesar das particularidades locais e regionais, a dinâmica de funcionamento da economia nos territórios responde também por fatores de ordem global. Portanto, para que possamos compreender os aspectos locais e regionais é necessário entender a correlação que estes possuem com a lógica de funcionamento da economia capitalista em nível global. SANTOS (1994), nos chama atenção para essa capacidade de imposição de uma lógica geral de

funcionamento do modo de produção capitalista para as mais longínquas áreas, com forte tendência à homogeneização. Segundo esse autor

Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes, tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único (SANTOS, 1994. P: 27)

A dinâmica global da economia contemporânea

A partir da segunda metade do século XX, as estruturas políticas e econômicas, configuradas e implementadas a partir de uma escala planetária, se modificaram com uma velocidade e complexidade jamais vistas. É a “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996, p: 25). Observamos a instalação de grandes corporações em cidades cada vez mais “longínquas”, provocando mudanças profundas nas diversas escalas geográficas locais.

Uma dessas mudanças recentes na economia global foi o fenômeno da urbanização. Em alguns países latino-americanos, esse fenômeno se manifestou de forma bastante acelerada. No Brasil, por exemplo, em pouco mais de três décadas, a população que era predominantemente rural rapidamente migrou para as cidades. A aceleração do processo de urbanização brasileiro, principalmente na segunda metade do século XX, trouxe consigo transformações demográficas e econômicas que contribuíram para a redefinição dos papéis desempenhados pelos centros urbanos.

A implantação de redes rodoviárias, a emergência dos projetos de colonização (públicos e privados), dos projetos minero-metalúrgicos e agropecuários, reestruturaram a região e as cidades, que passaram a servir de lócus para atuação de capitais nacionais e internacionais. A ocupação recente da Amazônia e seus desdobramentos por meio da integração promovida pelos eixos rodoviários, bem como os investimentos originados pelos setores econômicos produtivos, além das intervenções políticas (re) estruturaram as cidades e as regiões, imprimindo-lhes uma nova dinâmica territorial.

Essas transformações, delineadas pelo modo de produção capitalista, atingiram não só as médias e grandes cidades, mas também as pequenas cidades. Foram mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram não apenas em decorrência de fatores internos à cidade, mas, sobretudo, pelas mudanças que se verificaram no campo e que repercutiram diretamente no espaço urbano, em um contexto em que as cidades passaram a ser lócus de

maior concentração populacional, mais ampla divisão do trabalho, de novas relações de trabalho e de uma maior diversidade de formas e funções.

Essa interação, local-global, tem subordinado o território local aos interesses de novos atores hegemônicos externos, através de uma dotação do território de um “conjunto de objetos e ações” (SANTOS, 1996, p.34), possibilitando a inserção do território local na lógica de reprodução do capital (inter) nacional. Esse processo se constitui numa potencialização do poder de domínio e no avanço das fronteiras físicas e relacionais do capital internacional (ASCHER, 1998. p.32).

O modelo econômico dominante contribui para que algumas cidades, no caso as grandes e médias cidades, ganhassem maior expressividade pela forte concentração de atividades econômicas dinâmicas e pela variedade de bens e serviços oferecidos à população. Estas passaram a constituir polos de atração da população de pequenos centros urbanos e de áreas rurais.

Por outro lado, as pequenas cidades também passaram por uma redefinição de seus papéis. Se anteriormente estavam fadadas a atender apenas às necessidades básicas e imediatas de sua população, hoje, contam com uma maior variedade de serviços públicos e privados, além de integrarem a rede urbana regional, nacional, e, em muitos casos, até a internacional. Defronte a nova realidade, os estudos que tem como objeto de investigação as pequenas e médias, se veem na necessidade de ir além da função localmente exercida pelas mesmas, passando a considerar as motivações dessas novas relações, que podem ser distantes ou ter até mesmo “um fundamento planetário”. (SANTOS, 2009, p. 228).

Dessa forma, entendemos que apesar de não possuírem ainda a importância, sobretudo, em termos econômicos, das grandes e médias cidades, as pequenas cidades brasileiras se encontram integradas ao circuito produtivo regional, nacional, e em muitos casos, até internacional, de forma que não podem mais serem relegadas à condição de periferia na investigação da dinâmica da economia (inter) nacional. Com o deslocamento das atividades agropecuárias para às regiões nordeste, centro-oeste e norte do Brasil, as ciências humanas, e, sobretudo, a geografia, vem assumindo um novo olhar para essas regiões. Nesse sentido, realizaremos uma análise inversa da dinâmica do processo de ocupação espacial brasileiro.

Para que possamos compreender o processo de territorialização da monocultura da soja nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, e, particularmente, no Estado do Tocantins é

necessário descrever algumas das principais políticas territoriais empreendidas pelo Estado brasileiro no intuito de ocupar a região “vazia”. O processo de territorialização da monocultura da soja no Estado do Tocantins é também resultado da atuação desse “organizador de espaços”. (SANTOS, 2009.)

As políticas territoriais do estado brasileiro rumo à Amazônia e ao centro-oeste

No Brasil, as ações estatais direcionadas ao cerrado tiveram início ainda durante o período imperial, com a missão *Cruis*. No entanto, foi no governo de Getúlio Vargas, com a Marcha para o Oeste, e no decorrer dos governos militares (1964 –1985) (Este período não foi até 1985?), quando a região amazônica foi incorporada ao jogo político/estratégico do capital, que essas ações se intensificaram. Outro momento da história do Brasil, relacionado à incorporação do Brasil central à conjuntura nacional e internacional, foi a construção de Brasília - 1955 a 1960 -, o que conferiu maior dinamismo econômico e político a esta porção territorial brasileira.

A inserção do cerrado na lógica produtiva capitalista conferiu papel estratégico à região e vem sendo responsável por um crescente processo de construção de novas territorialidades, que começaram a se delinear a partir da década de 1930 com a chamada marcha para o Oeste, mas que ocorreu, definitivamente, com a incorporação dessa região à dinâmica capitalista do país na década de 1970. O Estado pode ser entendido como uma instituição político-social, juridicamente organizada, que ocupa um território definido, onde a lei máxima é uma Constituição escrita, dirigida por um governo, que possui soberania reconhecida interna e externamente, foi o responsável pelo “corte tipológico entre as sociedades ditas ‘primitivas’ e as ‘civilizadas’, pela transformação do tempo mítico em secular, definindo-se nesse momento como categoria histórica” (MACHADO, 2000, p. 13).

Como construção política, o Estado renova-se em contextos diversos, acompanhando a evolução socioeconômica e política da civilização, mantendo o seu caráter universal e sua principal característica, a concentração de poder, independentemente dos seus elementos determinantes. O Estado - instância jurídica normativa principal que gerenciam, administra e controla as questões jurídicas sociais detém o poder de criar leis que regulam o uso social do território e, portanto, toda a sociedade.

Neste sentido, a estrutura de poder político-territorial do Estado definiu os rumos da história do século XIX e início do XX, e se constituiu como “refúgio de valores simbólicos

e de interesses que resistem à circulação imposta pela globalização” (CASTRO 2005, p. 107). Nesse contexto Santos (2000) discute o contexto da globalização e o papel desempenhado pelo dinheiro na organização e fragmentação do território, afirmando que a competitividade entre as empresas arrasta “o Estado e sua força normativa na produção de condições favoráveis àquelas dotadas de maior poder” e “que o território, pela sua constituição, se coloca como instrumento do exercício dessas diferenças de poder” (SANTOS, 2000, p. 85).

O mesmo Santos (1996) nos diz que o Estado é visto como o único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional. “Cabe-lhe decidir a abertura para a entrada das inovações, dos capitais e dos homens e assim ele se torna responsável pelas consequências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial” (SANTOS, 1996, p. 181). Portanto, a compreensão das políticas de modernização territorial empreendidas no cerrado brasileiro, não pode ser realizada sem considerar o papel desempenhado por esse “ator sintagmático”, que é o Estado nacional. (RAFFESTIN, 1993, p.28)

Na realidade, o Estado é o responsável pelas principais políticas de ordenamento territorial e social comandado pelas relações capitalistas de produção. Santos (2000) considera que o processo produtivo reúne aspectos técnicos e políticos. Os primeiros têm mais a ver com a produção propriamente dita e sua área de incidência. Já a parcela política, ao contrário, relacionada ao comércio, preços, subsídios etc., tem sua sede fora da região e seus processos geralmente escapam ao controle dos principais interessados, os produtores, e a sociedade civil como um todo: é o Estado que os define.

Além dos condicionantes e relações entre as escalas geográficas e seus níveis e macroeconômicos, global e nacional, o processo de territorialização da soja no cerrado tocantinense, também resulta de particularidades da organização socioeconômica local. Dessa forma, é necessário que façamos um breve resgate histórico do processo de ocupação dessa região. É na relação dialética global-nacional-local, que iremos encontrar fatos para explicação da dinâmica econômica dessa porção do território brasileiro.

O processo de ocupação do norte goiano (atual estado do Tocantins)

O povoamento do Norte Goiano (atual estado Tocantins) começa no início do século XVIII com a descoberta das minas auríferas de Goiás. Criou-se, então, uma povoação

mineira. Durante a primeira metade do século citado, o povoamento foi intenso, devido às notícias de abundância do ouro nessa região. Em decorrência da produção aurífera, surgiram várias arraiais, dentre os quais se destacam Natividade (1734), São Félix (1736), Pontal (1738), Arraias (1740), Carmo (1746). Esse sistema de povoamento, baseada na produção do ouro, foi a “primeira forma de povoamento” dessa região, segundo LIRA (2011, p.146 e 147).

Além do povoamento decorrente da busca pelo ouro, a procura pelas minas auríferas da região, causou outro tipo de povoamento, o ribeirinho. Essa segunda forma de povoação deu-se por intermédio do surgimento das denominadas cidades-porto, situadas ao longo dos rios. Essas serviam de entreposto comercial entre os garimpos, abastecendo as regiões auríferas, com produtos farmacológicos, vestuário, sal, querosene e etc., e retornando com o ouro extraído das lavras. O rio era tão importante na vida da região, que já participava da vida econômica de cada localidade em sua margem. Segundo Doles (1973):

O comércio fluvial pelo Tocantins já representava para as populações do norte, no ano de 1850, uma atividade constituída, de sorte que naquela época, o número de pessoas empregadas a seu serviço, para os quais a navegação representava uma profissão, ascendia à ordem de 400 a 500 [...]. (DOLES, 1973, p.67)

A Navegação no Rio Tocantins, embora com a crise do ouro na região, continuava sendo de grande importância, chegando a se expandir até o Rio Araguaia, transformando-se assim, a principal via de comunicação e de integração do século XIX na província central do Brasil. No entanto, a ausência de investimento estatal no período mais fértil (final do século XVIII e início do século XIX) da hidrovia do Tocantins e do Araguaia, inviabilizou seu futuro como principal eixo de desenvolvimento regional e principal via de integração nacional.

Com a crise do ouro, gerou-se um estado anômalo nas atividades econômicas da região, que numa espécie de retrocesso, foram substituídas pela agricultura de subsistência e pela criação extensiva de gado “curraleiro”, nas fazendas isoladas do sertão goiano. As terras para criação do gado eram distribuídas pela igreja católica em regime de sesmarias (seis léguas quadradas de terras). A lida do gado fez surgir ligações com o sertão da Bahia e do Piauí.

Através das estradas tropeiras, utilizadas pelos habitantes da margem direita do Rio Tocantins, realizava-se o comércio de bovinos e de produtos manufaturados. Essas ligações pelos sertões eram lentas, devido, principalmente, ao grande número de rios a transpassar no caminho. Porém, mesmo com essas dificuldades, esses caminhos existiram até o final da década de 1950, servindo como corretor migratório para piauienses, maranhenses e baianos.

Deu-se, então a segunda fase de povoamento no antigo norte goiano, hoje Estado do Tocantins.

Com o advento da estrada de ferro no sul de Goiás emergido no ano de 1913 e com o desenvolvimento da economia do centro-sul do Brasil, as terras de Goiás começaram a ser bem valorizadas, no sentido de representar uma viável reserva de produção alimentícia para abastecer as necessidades do centro-sul do país. Uma nova fase do processo de acumulação do capital, que já se esboçava a partir da abolição da escravidão, vai se firmando.

Neste momento no Brasil começa a nascer uma expansão (exportação, importação) do sistema monetário (bancos) e na rede de transportes (estrada de ferro). Todas essas mudanças nas atividades econômicas do país provoca uma nova divisão nacional do trabalho. Em Goiás, esse modelo de acumulação capitalista, se deu através da propriedade da terra, como fonte de produção de alimento para abastecer o mercado crescente do centro-sul. Porém, o norte goiano (hoje Tocantins) não via as mesmas perspectivas, devido às dificuldades de integração com o sul do Estado, a região era marginal ao processo de desenvolvimento que desenrolava no sul de Goiás e conseqüentemente no centro-sul do Brasil.

O Norte goiano estava marginal no processo de desenvolvimento, mas não no processo de acumulação de capital, pois este era fomentado pela nova fase sócio-política do primeiro período republicano (1889-1930), que se propagava pelo país através de alianças entre a burguesia cafeeira do sul e as facções de classes sociais políticas regionais, expressas, principalmente, na hegemonia do poder local: o poder dos coronéis do sertão. Com a descompatibilização do desenvolvimento econômico do sul do Goiás, por intermédio do processo político do norte, houve a perpetuação do poder dos coronéis locais. O coronelismo dominou o Norte Goiano até sua “superação” como prática política.

Desta forma, o processo de acumulação primitiva cristalizado no modo de produção econômica centro-sulista, hegemonizado nacionalmente pelo poder político agrário cafeeiro, começa a sofrer fissuras, as quais se soldam por meio das alianças feitas com poderes políticos locais (coronelismo), mas, que com a revolução de 1930, sai renovado e instala um novo processo de acumulação capitalista. Não há uma mudança de rumo no processo político, houve apenas uma rearticulação do mesmo, se armando com novos valores (burguesia urbana e/ou industrial) para se consolidar como poder hegemônico.

Outro fator extremamente importante para o entendimento da ocupação e avanços das relações capitalistas no Estado de Goiás é a ação governamental denominada “marcha para o oeste”. Criada no primeiro período do Governo Vargas (Estado Novo), essa política

tinha como objetivo ocupar os “vazios demográficos” do interior do país, na tentativa de transformá-los em espaços produtivos, integrando-os ao mercado do centro-sul. Com a criação do Projeto de Colonização Agrícola inspirado nos ideais tenentistas (desestruturação das oligarquias regionais) foi implantada em Goiás a CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás). Esse fato inaugura definitivamente a inserção do Estado de Goiás na produção de capitalista nacional.

A instalação de BR-153 (Belém-Brasília) criou as condições logísticas (além dos incentivos fiscais propiciados pelos programas federais- SUDAM, GETAT e PROTERRA) para que o novo modo de produção capitalista se instalasse na região, através de denominada “frente pioneira agrícola”. Portanto, é o resultado da atuação relacional dessas diversas realidades (global, nacional e local) atuando concomitante e dialeticamente, que vai explicar a entrada das pequenas e médias cidades tocantinenses no circuito produtivo da economia global, via atividade do agronegócio.

Partindo, portanto, do pressuposto de que o estudo da realidade das pequenas e médias cidades brasileiras pode revelar aspectos marcantes da dinâmica socioeconômica global, como diz Azevedo (1985, p: 160) “o local, o específico pode tomar amplitude maior, na medida em que é expressivo de um conjunto de relações complexificadas por uma realidade socioeconômica de determinações históricas mais amplas”, iremos, doravante, analisar alguns dos indicadores sociais e econômicas das cidades tocantinenses de Dianópolis e Formoso do Araguaia.

Dianópolis

Dianópolis é uma das mais antigas cidades do Tocantins e berço histórico e cultural do Estado, o início de sua história data aproximadamente de 1750. Nessa época já existiam rústicas habitações de lavradores, pecuaristas e mineradores que viviam do que a terra, o gado, o ouro e a caça lhes davam. Homens anônimos que partindo do Nordeste e do Oeste, ganharam o vale do São Francisco subiram a Serra Geral e penetraram no Tocantins. Do Sul também chegaram aventureiros em busca de minerais e de índios, ganharam o Vale do São Francisco através de Minas Gerais e penetraram no território da capitania. Ainda uma corrente menor, partindo do sul da Capitania, atravessou o Vale do Paranã e chegou ao território do atual município de Dianópolis. Finalmente, das Capitanias do Grão Pará e do Maranhão também chegaram à região alguns migrantes.

Em 1751 foi edificado um aldeamento, nas proximidades do Ribeirão Formigas, com o nome de São Francisco Xavier do Duro, mais conhecido como Missões ou Missão, onde foram aldeados 600 índios da tribo Xacriabás. Em 1755 foram aldeados 250 índios da tribo Acroás. Esses aldeamentos foram à força pelo coronel pernambucano Venceslau Gomes da Silva. A pacificação dos índios e a administração dos aldeamentos contaram com a ajuda dos jesuítas Bento Soares, Jose Batista e José Vieira, estes últimos vindos da Bahia, por solicitação do governador da capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha.

A Lei Provincial nº 03, de 14/10/1854, criou o Distrito de São Jose do Duro sob a jurisdição de Conceição do Norte. A Lei Provincial nº 723 de 26 de agosto de 1884, elevou o Distrito de São José do Duro a categoria de vila, com o mesmo nome. A vila passou a categoria de cidade através do Decreto-Lei nº 311 de 02/03/1938. Por meio do Decreto-Lei Estadual nº 557, de 09/06/1938 e Decreto-Lei Estadual nº 808, de 30/09/1938, recebeu o nome de Dianópolis. Pelo Decreto nº 311, de 02 de março de 1988, Decreto-Lei nº 557 de 09/06/1938 e Decreto-Lei nº 808, de 30/09/1938, a vila foi elevada a categoria de cidade e o município recebeu o nome de Dianópolis, adotado a partir de 1939, em homenagem as Custodianas do lugar: Custodiana Leal Rodrigues, Custodiana Nepomuceno Wolney Araújo, Custodiana Wolney Póvoa e Custodiana Costa Aires, todas conhecidas como Dianas.

O Município de Dianópolis possui uma área de 3.229,9 Km² e está a uma altitude de 693 metros, em relação ao nível do mar. Localiza-se na Mesorregião Ocidental do Tocantins e sua distância da capital do Estado, a cidade de Palmas, é de 231,5 km. Em termos de evolução de área colhida de soja o Município de Dianópolis teve um crescimento formidável no período de 1995-2011, passando de 680 hectares naquele ano para 28.300 hectares em 2011. Um crescimento de mais de 4.000%, conforme quadro 01.

Quadro 01. Área colhida de soja do Município de Dianópolis no período de 1995 a 2011 (hectares)

1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	
680	500	4.195	3.396	5.645	18.500	12.500	24.000	28.300	

Fonte: SANTOS (2013)

Já em relação à quantidade produzida (toneladas), também houve crescimento exponencial, passando de 884 toneladas em 1995 para 90.560 em 2011 (SANTOS, 2013, p: 268/269 e /271), conforme demonstra o quadro 02.

Quadro 02. Quantidade de soja produzida do Município de Dianópolis no período de 1995 a 2011 (toneladas)									
1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	
884	1.050	9.560	7.471	10.555	49.950	30.000	67.200	90.560	

Fonte: SANTOS (2013)

Entre 1991-2010, a população de Dianópolis apresentou um crescimento de 36,49%, passando de 14.002 habitantes em 1991 para 19.112 no ano de 2010, atingindo a posição de 11ª maior população do Estado do Tocantins. Enquanto a população urbana praticamente dobrou, passando de 8.408 habitantes em 1991 para 16.444, aconteceu o inverso com população rural com uma queda de mais de 50%. Essa migração da população do campo para a cidade fez com que a taxa de urbanização crescesse 26,08%, passando de 59,96% em 1991 para 86,04% em 2010, conforme demonstrado na tabela 01.

Tabela N° 01. População Total, por Situação de Domicílio e Taxa de urbanização do Município de Dianópolis - 1991,2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
População Total	14.002	15.428	19.112
Urbana	8.408	12.447	16.444
Rural	5.614	2.981	2.668
Taxa de Urbanização	59,96%	80,68%	86,04%

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

Em termos de densidade demográfica, o Município ocupa a 46ª posição no ranking estadual com uma densidade demográfica de 5,94 habitantes por km². Essa baixa densidade demográfica, aliada ao forte êxodo rural ocorrido no período pode ser um dos fatores que contribuíram para o Município de destacar no ranking de produção de soja, visto que a convergência desses fatores pode ter resultado aumento da disponibilidade terras disponíveis para o desenvolvimento da atividade sojicultora.

Em se tratando da taxa de mortalidade infantil, houve uma diminuição acentuada de mais de 70% no período de 1991 para 2010, com queda de 62,27 para 15,4 mortes de crianças nascidas de até 01 ano de idade. Além da notável queda na taxa de mortalidade infantil observou-se um aumento significativo na esperança ao nascer, passando de 60,28

anos em 1991 para 74,3 em 2010. Esse aumento na esperança de vida ao nascer provocou mudanças significativas na pirâmide etária municipal, visto que nesse mesmo período a taxa de filhos por mulher caiu de 4,66 para 2,40, conforme pode ser consultado na Tabela 02.

Tabela 02. Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade do Município de Dianópolis - 1991, 2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
Mortalidade até 01 ano de Idade	62,27	35,14	15,4
Esperança de Vida ao Nascer ¹ (anos)	60,28	67,54	74,3
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	4,66	3,16	2,4

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

Em termos de indicadores econômicos, observou um crescimento de 328,97 na renda domiciliar *per capita*, passando de 192,57 em 1991 para 521,54 em 2010. Apesar desse considerável aumento na renda familiar *per capita*, a proporção de pobres não caiu na mesma velocidade, passando de 54% em 1991 para 46,80. Essa tendência à concentração de renda refletiu na estagnação do índice de gini que permaneceu praticamente inalterado no período, passando de 0,54 em 1991 para 0,57 em 2010, vide a tabela 03.

Tabela 03. Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade do Município de Dianópolis - 1991, 2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
Renda domiciliar <i>Per Capita</i>	192,57	282,76	521,54
Proporção de Pobres ² (%)	54,0	51,0	46,80
Índice de Gini ³	0,54	0,59	0,57

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor.

Essa tendência à concentração de renda pode ser observada também no percentual de renda apropriada por extratos da população. Em se tratando dos 20% mais pobres, a apropriação de renda apresentou forte queda no período de 1991 para 2010, passando de 3,7 naquele ano para 2,87 nesse. A queda nesse grupo contrasta com o grupo dos 20% mais ricos que apresentou ligeiro aumento, passando a apropriar 60,93% da renda no ano de 2010 frente a um percentual de 59,5% em 1991, conforme demonstrado na tabela abaixo.

¹ Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade prevalentes no ano do censo.

² Proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais em Agosto de 2010.

³ Índice que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda familiar *per capita*.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n 8. v. 03, p. 58-80, mês Dez. Ano 2018.

Tabela 04. Percentual da renda apropriada por Extratos da População do Município de Dianópolis – 1991, 2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
20% mais pobres	3,7	1,4	2,87
40% mais pobres	11,0	8,55	9,63
60% mais pobres	21,95	19,21	20,53
80% mais pobres	40,52	38,29	39,07
20% mais ricos	59,5	61,17	60,93

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

Apesar de proporção de renda apropriada pelos 20% mais pobres da população ter caído no período de 1991-2010 em termos de nível de escolaridade o Município de Dianópolis apresentou resultados significativos. Desses resultados, o que mais se destacou foi o aumento bastante acentuado no percentual da população com ensino superior, que passou de 1,32% em 1991 para 12,3% em 2010. Outro destaque foi a queda no percentual de pessoas com ensino fundamental incompleto e analfabetos que caíram de 40, 57 em 1991 para 16,8 em 2010, conforme apresentado na Tabela 05.

Tabela 05. Nível de Escolaridade da População Adulta (25 anos ou mais) do Município de Dianópolis – 1991, 2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
Ensino Fundamental Incompleto e Analfabeto	40,57	26,9	16,8
Ensino Fundamental Incompleto e Alfabetizado	45,4	47,7	39,9
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	4,20	14,0	8,85
Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto	8,47	11,0	22,18
Ensino Superior Completo	1,32	0,9	12,3

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

Em relação ao Índice de Desenvolvimento o Município de Dianópolis apresentou uma melhora significativa, quase dobrando o índice, que passou de 0,385 em 1991 para 0,701 em 2010. Essa IDH-M situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Todos os indicadores do IDH-M apresentaram aumento no período de 1991 para 2010. Destaque para o crescimento da variável educação que registrou o maior aumento no período, passando de 0,174 em 1991 para 0,624 2000. A longevidade da população de Dianópolis também cresceu de forma considerável, passando de 0,588 em 1991 para 0,822 em 2010, conforme pode ser consultado na tabela a seguir.

Tabela 06. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Município de Dianópolis - 1991, 2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
Índice	0,385	0,515	0,701
Educação	0,174	0,334	0,624
Longevidade	0,588	0,709	0,822
Renda	0,558	0,576	0,673

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

Formoso do Araguaia

Em meados do século XVIII, a procura pelo ouro levou os portugueses às margens de um rio, que denominaram Formoso em virtude de suas belezas naturais. Os habitantes do local eram índios da tribo Javaé. A região ficou abandonada até 1949, quando foram descobertas minas de cristal, formando um povoado. Em 25 de setembro de 1963, o distrito alcançou sua emancipação, com o nome Formoso do Araguaia, desmembrando-se de Cristalândia.

O Município de Formoso do Araguaia tem uma área de 13.510,5 Km² Está a uma altitude de 240 metros em relação ao nível do mar e localiza-se a uma distância de 223,2 Km da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Em termos de evolução da produção de soja, o Município de Formoso do Araguaia teve uma elevação bastante considerável na produção dessa leguminosa no período de 1995-2011, passando de 1.637 hectares de área plantada/colhida naquele ano para 16.260 hectares nesse ano, conforme pode ser consultado no quadro 03.

Quadro 03. Área colhida de soja do Município de Formoso do Araguaia no período de 1995 a 2011 (hectares)									
1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	
1.637	9.800	6.132	15.177	15.100	18.330	8.400	13.950	16.260	

Fonte: SANTOS (2013)

Já em relação à quantidade produzida, medida em toneladas, os números evoluíram, no período 1995-2011, de 3.264 toneladas nesse ano para 49.544 toneladas nesse ano, (SANTOS, 2013, p: 268/ 269 e 271). Esses escores dão ao município de Formoso do Araguaia as posições de 2º e 3º lugares, em termos de área plantada/colhida (hectares) e quantidade produzida (toneladas), respectivamente. Esses dados podem ser observados no quadro 04.

Quadro 04. Quantidade de soja produzida do Município de Formoso do Araguaia no período de 1995 a 2011 (toneladas)

1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011
3.264	20.580	16.640	38.208	37.750	43.236	22.260	39.100	49.544

Fonte: SANTOS (2013)

No período de 1991-2010, a população de Formoso do Araguaia apresentou um crescimento de 7,84%, passando de 17.087 habitantes em 1991 para 18.427 no ano de 2010, atingindo a posição de 12ª maior população do Estado do Tocantins. Enquanto a população urbana registrou um forte crescimento, passando de 7.810 habitantes em 1991 para 13.333, a população rural caiu fortemente, passando de 9.277 habitantes em 1991 para 5.094 em 2010. O êxodo rural registrado do Município resultou em um aumento bastante elevado na taxa de urbanização, que passou de 45,71% em 1991 para 72,36% no ano de 2010, conforme demonstrado na tabela 07.

Tabela 07. População Total, por Situação de Domicílio e Taxa de Urbanização do Município de Formoso do Araguaia - 1991, 2000 e 2010

Ano	1991	2000	2010
População Total	17.087	18.817	18.427
Urbana	7.810	13.258	13.333
Rural	9.277	5.559	5.094
Taxa de Urbanização	45,71%	70,46%	72,36

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

Analisando alguns indicadores de saúde da população do Município de Formoso do Araguaia observamos uma forte queda na taxa de mortalidade de crianças nascidas vivas com até 01 ano de idade, saindo de 64,90 crianças em 1991 para 18,40 em 2010. Observou também um considerável aumento na esperança de vida ao nascer. Esta era de 59,68 anos em 1991 atingindo a marca de 73,05 em 2010. Como ocorrido no Município de Dianópolis, a taxa de fecundidade em Formoso do Araguaia apresentou forte queda no período de 1991 a 2010. Enquanto que em 1991 era de 3,43 em 2010 era de apenas 2,50 filhos por mulher, conforme pode ser visualizado na Tabela 08.

Tabela 08. Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade do Município de Formoso do Araguaia 1991, 2000 e 2010

Ano	1991	2000	2010
Mortalidade até 01 ano de Idade	64,90	43,29	18,40
Esperança de Vida ao Nascer (anos)	59,68	65,11	73,05
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	3,43	3,09	2,50

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n 8. v. 03, p. 58-80, mês Dez. Ano 2018.

ISSN: 1984-1647

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

A renda per capita domiciliar do Município de Formoso do Araguaia mais que dobrou no período de 1991 a 2010, passando de 200, 56 naquele ano para 429, 17 em 2010, conforme demonstrado na Tabela 09. Diferente do que ocorreu em Dianópolis, a proporção de pobres caiu praticamente 300% em Formoso do Araguaia. Apesar dessa diminuição acentuada na proporção de pobres, no período de 1991 a 2010 o índice de gini permaneceu praticamente inalterado, oscilando entre 0,56 (1991) e 0,52 (2010). Essa diminuição na proporção de pobres no Município de Formoso do Araguaia pode estar associada ao percentual menor (em comparação com o Município de Dianópolis) de apropriação de renda pelo grupo dos 20% mais ricos. Outro fator que pode ajudar a explicar a acentuada diminuição na proporção de pobres no Município de Formoso do Araguaia é o crescimento no percentual de renda apropriado pelos grupos 40, 60 e 80% mais pobres da população, conforme demonstrado na Tabela 09.

Tabela 09. Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade do Município de Formoso do Araguaia - 1999, 2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
Renda <i>per Capita</i> Média (R\$ em 2000)	200,56	331,73	429,17
Proporção de Pobres (%)	56,26	45,01	22,09
Índice de Gini	0,56	0,61	0,52

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

Conforme citado acima, no Município de Formoso do Araguaia os grupos 40, 60 e 80% mais pobres passaram a apropriar um maior percentual de renda no período de 1991 a 2010. No grupo dos 40% mais pobres, a apropriação de renda passou de 9,78% em 1991 para 10,67 em 2000, enquanto que no grupo dos 60% mais pobres, passou de 21,64 em 1991 para 23,61 em 2010. Os 80% mais pobres foi o grupo que mais evoluiu em termos que apropriação da renda produzida, saindo de um percentual de 39,94% em 1991 para 44,48% em 2010, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 10. Percentual da renda apropriada por Extratos da População do Município de Formoso do Araguaia – 1991, 2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
20% mais pobres	3,18	2,49	2,69
40% mais pobres	9,78	8,26	10,67
60% mais pobres	21,64	18,05	23,61
80% mais pobres	39,94	35,57	44,48
20% mais ricos	60,06	64,43	55,52

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

O nível educacional da população adulta com 25 ou mais de Formoso do Araguaia apresentou melhoras significativas no período de 1991 para 2010. Similar ao ocorrido no Município de Dianópolis notou-se um forte crescimento no percentual de população com ensino superior completo, saltando de 1,40 em 1991 para 7,6 em 2000. Esse crescimento exponencial na população com ensino superior pode estar relacionado à forte expansão de educação à distância no Brasil, registrando a partir do ano de 2000. Outro dado educacional do Município de Formoso do Araguaia que chama a atenção foi o crescimento no percentual de pessoas com Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto, que passou de 5,52 em 1991 para 20,3 em 2010, conforme podemos identificar na Tabela 11.

Tabela 11. Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) do Município de Formoso do Araguaia – 1991,2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
Ensino Fundamental Incompleto e Analfabeto	33,59	22,4	16,6
Ensino Fundamental Incompleto e Alfabetizado	53,1	51,9	41,73
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	6,39	9,8	13,90
Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto	5,52	17,4	20,3
Ensino Superior Completo	1,40	1,2	7,6

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

Em relação ao Índice de Desenvolvimento o Município de Formoso do Araguaia apresentou uma melhora significativa, mais que dobrando o índice, que passou de 0,311 em 1991 para 0,670 em 2010. Essa IDH-M situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Todos os indicadores do IDH-M apresentaram aumento no período de 1991 para 2010, porém o maior crescimento foi da variável Educação que passou de 0,100 em 1991 para 0,587 em 2010, conforme pode ser consultado na tabela a seguir:

Tabela 12. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Município de Formoso do Araguaia - 1991, 2000 e 2010			
Ano	1991	2000	2010
Índice	0,311	0,507	0,670
Educação	0,100	0,326	0,587
Longevidade	0,578	0,699	0,801

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD) 2000 & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Org: Autor

Análise dos indicadores

Nesta parte do trabalho, compararemos alguns indicadores dos Municípios estudados. Os indicadores utilizados para termos de comparação serão: População; Mortalidade analfabetismo; Renda, pobreza, desigualdade; Distribuição da renda e Índice de Desenvolvimento Municipal. Após a análise e discussão dos indicadores citados, faremos algumas considerações finais que a análise dados nos permitiu formular.

O primeiro indicador a ser discutido será população. Em se tratando de população por situação de domicílio, no município de Dianópolis há uma forte concentração da população na zona urbana. O município é um dos mais urbanizados do Estado, apresentando uma taxa de urbanização de 86,04%. Já Formoso do Araguaia apresenta uma taxa de urbanização um pouco menor, de 72,36%, apesar de no período de 1991 a 2000 esse município ter registrado uma taxa de urbanização de quase 25%, passando de uma população urbana de 45,71% em 1991 para 70,46 já no ano 2000. No período de 2000 a 2010 o crescimento da população urbana de ambos os municípios apresentaram forte queda. As altas taxas de urbanização desses municípios podem relacionar-se a uma das mais notáveis consequências da expansão da monocultura da soja, o êxodo rural. Haja vista que os municípios de Dianópolis e Formoso do Araguaia, estão entre os maiores produtores de soja no Estado do Tocantins.

Em se tratando de mortalidade infantil, tanto o município de Dianópolis quanto Formoso do Araguaia registraram forte queda no período de 1991 a 2010, com desempenhos praticamente idênticos, enquanto aquele registrou queda de 46,87 este viu decair sua taxa em 46,50%. Os números também são muito próximos quanto analisamos a evolução da esperança de vida ao nascer, enquanto Dianópolis aumentou em 14,02 anos no período de 1991 a 2010, Formoso do Araguaia registrou aumento de 13,37 anos.

Já em número de filhos por mulher (taxa de fecundidade), Dianópolis anotou uma queda de quase 50% período citado, passando de 4,66 filhos por mulher em 1991 para 2,4 em 2010. Em Formoso do Araguaia também se observou queda, porém bem menos acentuada, de 3,43 em 1991 para 2,50 em 2010. Essa queda acentuada na taxa de fecundidade fez com o Dianópolis invertesse a posição com Formoso de Araguaia no período de 1991 para 2010, visto que naquele ano essa taxa em Dianópolis era de 4,66, bem superior à registrada em Formoso do Araguaia (3,43).

No quesito renda domiciliar *per capita*, o Município de Dianópolis também apresentou uma evolução melhor que Formoso do Araguaia, sobretudo no período de 2000 para 2010, passando de R\$ 282,76 naquele ano para R\$ 521,54 nesse. Nesse mesmo período em Formoso do Araguaia a renda domiciliar *per capita* passou de R\$ 331,73 para 429,17. Esse melhor desempenho do Município de Dianópolis fez com este invertesse a posição que ocupava em relação ao Município de Formoso no ano de 1991, visto que naquela época Dianópolis registrou uma renda *per capita* de R\$ 200,56 frente a R\$192,57 de Formoso do Araguaia.

Apesar do melhor desempenho no quesito renda domiciliar *per capita*, a renda do Município de Dianópolis permaneceu fortemente concentrada no período de 1991 a 2010, o que fez com a proporção de pobres (indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais em Agosto de 2010), registrasse uma leve queda, de 54,0% para 46,80%. Nesse mesmo período o Município de Formoso do Araguaia registrou uma grande queda na proporção de pobres, passando de 56,26% em 1991 para 22,09% em 2010. Isso fez com o que Formoso do Araguaia apresentasse em 2010 uma proporção de pobres menor que Dianópolis, algo que era o inverso em 1991 (vide tabelas 03 e 09).

Apesar da forte diminuição na proporção de pobres em Formoso do Araguaia, seu índice de gini permaneceu praticamente invariável no período. Isso pode estar à metodologia utilizada para obtenção desse índice. Primeiramente por que os dados informados nem sempre são precisos e referem-se a um período relativamente curto ao longo do ano, o que diminui o seu grau de precisão. Em segundo lugar, os dados são obtidos a partir de um fornecimento voluntário por parte dos governos e agências de pesquisa, de forma que, conforme os diferentes interesses, as informações podem apresentar distorções.

A permanência desses altos índices de gini, apesar de melhoras na renda domiciliar *per capita* e na diminuição na proporção de pobres (sobretudo em Formoso do Araguaia), também pode estar relacionada ao caráter concentrador do agronegócio, o que ser visualizado no percentual da renda apropriada por extratos da população. Nos dois municípios, tanto em Dianópolis quanto em Formoso do Araguaia, houve queda no percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres. No Município de Dianópolis, diferente do que ocorreu em Formoso do Araguaia, além da queda na proporção de renda apropriada pelos 20% mais pobres houve ainda um leve aumento na proporção de renda apropriada pelos 20% mais ricos.

Além de registrar queda na proporção de renda apropriada pelos 20% mais ricos, passando de 60,06% em 1991 para 55,52% em 2010, no Município de Formoso do Araguaia tanto os 40, 60 como os 80% mais pobres apresentaram uma elevação na proporção de renda apropriada no período de 1991 para 2010, com destaque para os 80% mais pobres que passaram a apropriar 44,48% de renda em 2010 frente a 39,94% em 1991. Em Dianópolis não se registrou essa mesma tendência: todos os extratos pobres da população registraram queda no percentual de apropriação de renda no período de 1991 para 2010.

Em relação ao nível de escolaridade os dois Municípios estudados apresentaram melhoras significativas no nível de escolaridade. Destacamos o grande aumento no percentual de pessoas com nível superior no Município de Dianópolis que passou de 1,32% em 1991 para 12,3% em 2010, enquanto em Formoso do Araguaia subiu de 1,40% em 1991 para 7,60% em 2010. Outro destaque no desempenho educacional da população de Dianópolis no período de 1991 a 2010 foi a queda acentuada no percentual da população com Ensino Fundamental Incompleto e Analfabetos, que caíram de 40,57% em 1991 para 16,8% em 2010. Em Formoso do Araguaia também foi registrada uma queda nesse grupo, passando de 33,59% em 1991 para 16,6% em 2010. Além de aumento no percentual de pessoas com nível superior outro bom desempenho educacional do Município de Formoso do Araguaia foi o crescimento no percentual de pessoas com Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto, que passou de 5,52 em 1991 para 20,3 em 2010.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M) os dois Municípios apresentaram melhoras bastante consideráveis. Em Formoso do Araguaia o IDH-M mais que dobrou no período analisado, que passou de 0,311 em 1991 para 0,670 em 2010, com destaque para a variável Educação que passou de 0,100 em 1991 para 0,587 em 2010. Dianópolis também registrou uma melhora significativa na evolução do IDH-M.

O Município de Formoso do Araguaia apresentou uma melhora significativa, mais que dobrando o índice, que passou de 0,311 em 1991 para 0,670 em 2010. Esse IDH-M situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Todos os indicadores do IDH-M do Município apresentaram aumento no período de 1991 para 2010, porém o maior crescimento foi da variável Educação que passou de 0,100 em 1991 para 0,587 em 2010. Apesar de apresentar evolução do IDH-M inferior à registrada por Formoso do Araguaia no período de 1991 a 2010, a melhora no índice no Município de

Dianópolis foi suficiente para alçá-la à categoria de cidades com IDH-M alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), pois alcançou um índice 0,701 no ano de 2011.

Considerações finais

As mudanças na macroeconomia global têm espalhado seus efeitos de forma cada mais rápida e a lugares cada vez mais longínquos. Decisões tomadas a milhares de quilômetros de distância (oscilações do preço de *commodities* cotadas em bolsa de valores, descoberta de novos cultivares de soja, por exemplo) têm gerado impactos cada vez mais consistentes na dinâmica dos territórios, submetendo-os à lógica de reprodução do modo de produção capitalista. No cerrado essa tendência à homogeneização do território vai capital monopolista via monocultura da soja também atende a interesses externos, conforme nos diz INOCÊNCIO & CALAÇA (2010):

o processo de modernização territorial do Cerrado foi determinado de fora para dentro do setor agropecuário, a partir da indústria e do capital industrial e contou com apoio irrestrito e incondicional do Estado, através de políticas públicas setoriais, assegurando a penetração monopolista do capital (INOCÊNCIO & CALAÇA (2010. P: 31)

Aliado ao poderio estatal, representado nas ações dos estados nacionais, a territorialização do capital monopolista (que no Brasil tem se manifestado em vários aspectos, sendo um deles a expansão da monocultura da soja) tem ganhado terreno rapidamente. A atuação estatal tem sido imprescindível para a instalação e consolidação do capital no território brasileiro, tanto em nível nacional, com o estadual e municipal.

Foi o planejamento estatal que definiu as linhas mestras de uso e ocupação do território brasileiro e, conseqüentemente, das ações que moldaram o território do cerrado. A organização do atual do território do cerrado é fruto de diversos e diferentes programas estatais, em especial o processo de políticas para a agricultura, que promoveu a inserção de um sistema de cultivo diferente dos padrões de produção anteriormente praticados nesses rincões do Brasil. Portanto, as fronteiras do cerrado foram abertas às lógicas de uso do espaço pelo capital, por meio das ações do Estado, que comandou o processo de transformação do cerrado em “celeiro” agrícola de produção nacional, com destaque no cenário internacional.

O que pode se dizer do processo de territorialização da monocultura da soja no Estado do Tocantins, tendo como base os municípios de Dianópolis e Formoso do Araguaia, é que a realidade destoa dos discursos oficiais. A atividade do agronegócio, com toda a parafênalia que lhe acompanha, convive, de forma harmoniosa e contraditória, com altas taxas

de concentração de renda e apropriação desigual da renda produzida. A chegada dessa atividade, que deu ao nosso país o título de “celeiro do mundo” não representou, os dados demonstram isso de forma contundente, melhorias significativas nos indicadores sociais desses municípios, aliás, alguns pioraram.

Apesar dos Municípios pesquisados apresentarem uma evolução de área plantada e de produção de soja, isso não refletiu em melhor distribuição de renda para a população em geral. No Município de Dianópolis, por exemplo, ao mesmo tempo em que se registrou um crescimento exponencial da produção de soja no período de 1995 a 2011, com uma produção de 90.560 toneladas em 2011, entre os anos de 1991 e 2010 o percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres caiu de 3,18 naquele ano para 2,69 neste, enquanto que os 20% mais ricos além de manter bastante elevada o percentual de renda apropriada ainda melhoraram o percentual, passando de 59,5% em 1991 para 60,93% em 2011.

Isso demonstra que mesmo diante de elevações significativas no volume de plantio/ produção da soja, o que acarretou o aumento da renda bruta dos municípios, a desigualdade social e apropriação concentrada nos 20% mais ricos permanece inerte. Portanto o desenvolvimento dessa atividade não propiciou (como se alardeava), um processo de desenvolvimento regional e local, e, sobretudo, não criou um equilíbrio do desenvolvimento social e econômico no Estado. Ao contrário, ainda subsistem bolsões de pobreza, sobretudo em áreas rurais, convivendo de forma “harmoniosa” com grandes áreas de produção de soja.

Referências bibliográficas

- ASCHER, François. **Metápolis: Acerca do Futuro da Cidade**. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- AZEVEDO, Beatriz R. **Emprego, Desemprego e Sub- Emprego: Uma revisão da literatura crítica**. Ensaios. FEE. Porto Alegre. Volume 06. Número 01. P: 155-168. 1985
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DOLES, Dalísia E.M. **As comunicações fluviais pelo Araguaia e Tocantins no século XIX**. Goiânia. Oriente, 1973
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010**. Municípios de Dianópolis e Formoso do Araguaia/ TO.
- INOCÊNCIO, Maria Erlan & CALAÇA, Manoel. **Estado e Território no Brasil: Reflexões a partir da agricultura no cerrado**. Revista IDeAS. Volume 4, Número 02, 2010.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A Gênese de Palmas- Tocantins- A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal**. Goiânia, Kelps: 2013.

MACHADO, L. T. **Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos 19 e 20: mito e realidade das doutrinas políticas**. São Paulo: Mandacaru, CPC – UMES, 2000.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em www.undp.org.br. Acesso em 19/06/2018

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1994

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Ed. 5ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Roberto de Souza. **Os Condicionamentos das políticas territoriais e do processo de territorialização dos atores hegemônicos no desenvolvimento regional e local: uma análise crítica no contexto do Tocantins**. Relatório de Estágio de Pós- Doutorado. IESA/ UFG: Goiânia, 2013.

TOCANTINS, Estado do Tocantins. **Atlas do Estado do Tocantins**. SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins. (Orgs.) DIAS, Ricardo Ribeiro & PEREIRA, Eduardo Quirino & SANTOS, Lindomar Ferreira dos. 5º Ed. Revisada e Atualizada. Palmas, 2008.